

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 A ABRIL/2017

RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	133.500.036,73	719.236,34
Pessoal Ativo	120.470.366,16	454.267,69
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.413.301,82	11.043,66
Outras Despesas de Pessoal Dec. de Contr.Terc(§1º art.18 da LRF)	2.616.368,75	253.924,99
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	3.443.004,63	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.438.018,74	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	4.985,89	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	130.057.032,10	719.236,34
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		130.776.268,44

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	8.862.049.613,91
% DO DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,48%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <6%>	531.722.976,83
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <5,7%>	505.136.827,99
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <5,4%>	478.550.679,15

Fonte: SECCOC

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, no termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Guilherme Nunes de Avelar Neto
Diretor de Administração e Finanças

Suzana Regina Damasceno
Coordenadora de Controle Interno

Henrique Higídio Braga
Presidente

Orlei Pereira da Silva
1º Vice-Presidente

Leonardo Silveira de Castro Pires
2º Vice-Presidente

Neli Pereira de Aquino
Secretária-Geral

Juliano Lopes Lobato
1º Secretário

Carlos Magno Pereira de Freitas
2º Secretário